

Demanda efetiva, teoria do emprego, equilíbrio e expectativas

Fabricio J. Missio¹

Resumo

O objetivo deste trabalho é retomar a análise dos elementos essenciais ao entendimento do conceito de demanda efetiva proposta por Keynes, integrando-a com a sua teoria do emprego. A partir dessa integração, é possível demonstrar que existe um limite à expansão lucrativa da produção independentemente da existência ou não de desemprego no mercado de trabalho. Assim, a existência de desemprego involuntário não depende da hipótese de que existe algum tipo de rigidez neste mercado e nem pode ser eliminado por reduções salariais como preconizado pelo modelo clássico, porque nada garante que esta redução ampliará o nível de emprego oferecido pelas firmas. Ademais, a partir da interpretação pós-keynesiana de Dutt (1991), busca-se demonstrar que o desemprego involuntário não é consequência do erro de expectativas, ou seja, não é um fenômeno de desequilíbrio que surge em consequência do hiato entre expectativas esperadas e realizadas, e que a natureza e o uso do conceito de equilíbrio em Keynes são fundamentalmente diferentes do conceito clássico.

Palavras-chave: Demanda efetiva; Desemprego involuntário; Expectativas.

Abstract

The aim of this paper is to analyze essential elements that not only will help us clarify the concept of effective demand proposed by Keynes but that will also allow us to integrate it with his the theory of employment. By properly integrating effective demand and employment, it is possible to show that there is a limit on the profitable expansion of output, regardless of whether there is unemployment in the labor market. Hence, the existence of involuntary unemployment is independent of the market rigidity assumption. Moreover, this study shows that unemployment cannot be eliminated by wage cuts, as advocated by the classical model, because there is no guarantee that wage reductions will increase the level of employment offered by firms. By drawing insights from Dutt (1991), will be proposed that, firstly, involuntary unemployment is not a consequence of incomplete expectations (i.e. not a disequilibrium phenomenon that arises as a result of a gap between fulfilled and expected expectations) and, secondly, that the nature and use of the concept of equilibrium in Keynes is fundamentally different from the classical concept.

Key words: Effective demand; Involuntary unemployment; Expectations.

JEL B13, B30, C61, C63.

(1) Professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) / Doutorando em Economia pelo Cedeplar e bolsista Fundect. E-mail: fabricio@cedeplar.ufmg.br.

Introdução

Para retomar a análise dos elementos essenciais ao entendimento da teoria da produção e do emprego na análise keynesiana, inicia-se pela análise do mercado de trabalho, mais especificamente, pelas críticas feitas por Keynes ao pressuposto clássico de que a oferta de trabalho, portanto, a decisão de trabalhar por parte dos trabalhadores, estaria associada ao nível do salário real. Em outras palavras, contesta-se a condição de equilíbrio proposta pelos clássicos de que o salário real deve ser igual à desutilidade marginal do trabalho, uma vez que nada garante que essa condição seja válida.

Por outro lado, ao identificar a economia capitalista como uma economia essencialmente monetária, o autor mostra que os contratos existentes e firmados nessa economia são fixados em termos nominais, o que estabelece que o salário também seja definido nesses termos. Ademais, deve-se considerar que os preços não são estabelecidos na barganha salarial, pois a demanda e os preços só serão conhecidos muito depois de o contrato de trabalho ter sido firmado, o que impede os trabalhadores de decidir os níveis de salário real e emprego, uma vez que, a um dado nível de salário nominal, corresponderiam diversos níveis de salário real. Em outras palavras, várias funções de oferta estariam associadas a um determinado nível de salário nominal, mostrando que, na falta de uma unicidade de equilíbrio, ele não pode ser determinado. Essa é a principal crítica ao mercado de trabalho clássico.

A “nova” teoria do emprego, elaborada por Keynes, passa a ser apresentada e determinada, necessariamente, pelo princípio da demanda efetiva. Este, por sua vez, é definido pelo ponto em que a procura global é igual à oferta global. Mais especificamente, seguindo a metodologia proposta pelo autor no capítulo 3 da TG, em que são definidas a função de oferta global Z , sendo Z o preço de oferta agregada que resulta do emprego de N trabalhadores, e a função de procura global D , sendo D o montante que os empresários esperam receber ao empregar N trabalhadores, tem-se que, toda vez que D for maior que Z , haverá estímulo para aumentar o emprego acima de N e, em caso contrário, para reduzi-lo. Portanto, segundo Keynes (1982, p. 38), “o volume de emprego fica determinado pelo ponto de interseção da função de procura global e da função de oferta global, pois é neste ponto que as previsões de lucro dos empresários serão maximizadas”. Esse ponto passa a depender dos fatores que determinam as funções Z e D , quais sejam, a

eficiência marginal do capital, a propensão a consumir e a preferência pela liquidez.

Não obstante, a ênfase de Keynes na *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda* (TG) é de que “o ponto em que as previsões de lucros dos empresários são maximizadas” não necessariamente corresponde ao equilíbrio com pleno emprego. Demonstrar esta questão é justamente o objetivo deste trabalho. Retomando a análise dos elementos essenciais ao entendimento do conceito de demanda efetiva proposta por Keynes na TG e integrando-a com a sua teoria do emprego, o objetivo é mostrar que existe um limite à expansão lucrativa da produção independentemente da existência ou não de desemprego no mercado de trabalho. Neste caso, a existência de desemprego involuntário não depende da hipótese de que existe algum tipo de rigidez e nem pode ser eliminado por reduções salariais (como preconizado pelo modelo clássico), uma vez que nada garante que esta redução ampliará o nível de emprego oferecido pelas firmas. Além disso, busca-se demonstrar que o desemprego involuntário não é consequência do erro de expectativas, ou seja, não é um fenômeno de desequilíbrio que surge em consequência do hiato entre expectativas esperadas e expectativas realizadas.

Para cumprir com os objetivos, o trabalho encontra-se dividido em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A seção 1 apresenta o conceito de demanda efetiva proposto por Keynes no capítulo 3 da TG; a seção seguinte retoma a análise do mercado de trabalho e as críticas propostas por Keynes aos postulados clássicos; e, por fim, a seção 3 apresenta o processo de formação de expectativas e a determinação de equilíbrio a partir da análise pós-keynesiana de Dutt (1991).

1 O princípio da demanda efetiva

Antes de especificamente definir este conceito, ressalta-se o entendimento que Keynes tinha da economia capitalista. Para o autor, essa é essencialmente uma economia empresarial (monetária), caracterizada pela presença da moeda, em que ela não somente faz parte da produção na condição de um bem, como também é um direito sobre ela que pode ser exercido ou não, sendo de alguma forma responsável pelas flutuações econômicas. Nesta mesma economia empresarial, o empresário não está interessado na quantidade de bens, mas no volume de moeda que irá caber a ele. Sendo assim, ele somente irá aumentar sua produção se esperar um

aumento em seu lucro monetário, não existindo, portanto, nada que garanta que o nível de produto escolhido pelo empresário corresponda ao de pleno emprego².

Em outras palavras, segundo Lima (2003), destaca-se que o nível da renda de equilíbrio em uma economia monetária pode não ser o de pleno emprego. Segundo o autor, com base neste conceito, Keynes foi capaz de sustentar que, sendo o fluxo monetário total de receitas governado pelas decisões individuais de gastos dos agentes econômicos na aquisição de bens e serviços, a mera disponibilidade de fatores produtivos, ainda que com preços flexíveis, não é suficiente para que os produtores concretizem suas decisões de produção.

O conceito de demanda efetiva, em termos macroeconômicos, enuncia que o nível de produção e o volume de emprego a ele associados são determinados pelo cruzamento de duas funções do nível de emprego, N , a saber: a oferta agregada $Z(N)$ e as estimativas de demanda agregada das firmas $D(N)$. A função oferta agregada – que está associada ao conceito de preço de oferta global, ou simplesmente função de oferta global – constitui a soma das receitas mínimas que justificam exatamente o emprego de tais fatores, ou seja, representa o que os empresários desejam receber para cobrir os custos salariais e o custo de oportunidade. A demanda agregada revela, para cada nível de emprego, o rendimento que as firmas esperam pela venda da produção.

Para demonstrar que a interseção das curvas $Z(N)$ e $D(N)$ ocorre no ponto em que as expectativas dos empresários são maximizadas e que este ponto não necessariamente corresponde ao de pleno emprego, é apresentada a análise formal a seguir com base em uma economia descrita pelas seguintes características:

- i) As firmas atuam em mercados em *concorrência perfeita*, sendo assim *tomadoras de preço*. Dessa forma, não há nenhum tipo de

(2) Nas palavras de Ferreira (2003, p. 109): a macroeconomia de Keynes se assenta em uma teoria da tomada de decisão do agente proprietário de riqueza. Não parte, como a teoria microeconômica supostamente adequada para “microfundamentar” a macroeconomia, de um produtor de mercadorias, maximizador de lucros. Parte de um capitalista, que tem como objetivo maximizar riqueza. Empenhar-se na geração de fluxos de nova riqueza real e, especificamente, em bens de produção, será apenas uma das várias alternativas a ele colocadas. Keynes está interessado nessa tomada de decisão, que considera fundamental para determinar a demanda efetiva e, assim, o nível de emprego.

diferenciação de produtos, e os mercados são caracterizados pela atomização dos produtores.

ii) A produção é um processo que se desenvolve no tempo calendário, ou seja, as firmas decidem quanto vão produzir antes de conhecer a demanda pelos seus produtos. Dessa forma, as firmas devem formular expectativas sobre o preço pelo qual serão capazes de vender a sua produção acabada no mercado.

iii) As firmas determinam o nível de produção e de emprego de forma a maximizar seus lucros esperados.

1.1 A curva de demanda agregada

A função de demanda agregada é aquela função que relaciona a receita que as firmas, no seu conjunto, esperam obter pela venda de cada volume possível de produção no mercado com o nível de emprego correspondente a esse volume produzido. Para tanto, a função de demanda agregada tem dois componentes fundamentais: i) o preço pelo qual a firma espera vender cada unidade produzida; e ii) a função que relaciona a quantidade produzida com o nível de emprego requerido para a sua obtenção.

Com efeito, dadas as expectativas das firmas quanto ao preço de venda, a receita esperada total pode ser obtida pela multiplicação do nível realizado de produção com o preço esperado. Sabendo que a quantidade produzida é uma função da quantidade empregada de trabalho, constrói-se uma função que relaciona a receita total esperada pelas firmas com o nível de emprego por elas oferecido. Essa função estabelece que, para um dado nível esperado de preços, a receita total esperada pelas empresas é uma função crescente do nível de emprego. Essa relação é um simples reflexo de que em concorrência perfeita as firmas podem vender qualquer quantidade ao preço de mercado (Dutt, 1991; p. 206-207).

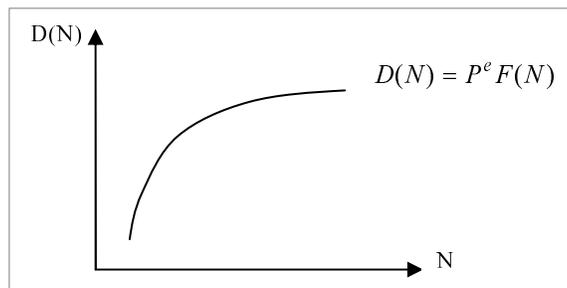
Sendo assim, a *função de demanda agregada* pode ser expressa pela seguinte equação:

$$D(N) = P^e F(N) \quad (1)$$

em que P^e é o preço de venda esperado pelas firmas e $F(N)$ é a função que relaciona o nível de produção com o emprego requerido para a obtenção do mesmo.

A função de demanda agregada, como definida no capítulo 3 da TG, representada na Figura 1, tem inclinação positiva, e sua curvatura se condiciona ao fato de que, no curto prazo, a firma opera com rendimentos marginais decrescentes; assim, quando se aumenta o nível de emprego, a receita total esperada – dadas as expectativas das firmas quanto ao preço de venda de seus produtos – também irá aumentar, só que em menor proporção³. Observe que a posição dessa curva é dada pelas expectativas das empresas quanto ao preço de venda, significando que mudanças nessas expectativas alteram a sua posição.

Figura 1
A curva de demanda agregada



1.2 A curva de oferta agregada

Para derivar esta curva de oferta, supõem-se como dados os salários nominais, a técnica de produção e o estoque de capital das empresas. Nesse sentido, pode-se definir a chamada *função de oferta agregada* como a função que relaciona o nível de emprego com a receita que é exatamente suficiente para induzir os empresários a oferecer determinado nível de emprego. Em cada ponto da função de oferta agregada, as firmas estarão maximizando seus lucros.

(3) Deve-se ressaltar, contudo, que a hipótese de rendimentos marginais decrescentes, no modelo desenvolvido por Keynes no capítulo 3 da TG, não se fundamenta na *lei das proporções variáveis*, tal como ocorre nos modelos neoclássicos (cf. Amadeo, 1982, p. 26). Na construção da função de demanda agregada, assumimos a existência de rendimentos decrescentes porque à medida que as firmas contratam mais trabalhadores, as máquinas e os homens empregados na margem são menos eficientes. Isso decorre, portanto, da hipótese implícita de que capital e trabalho não são fatores de produção homogêneos; ou seja, o estoque de capital é composto por “safras” de máquinas produzidas em pontos diferentes do tempo, possuindo assim níveis diferentes de “obsolescência tecnológica”, e a força de trabalho é também composta por trabalhadores que possuem níveis diferenciados de qualificação.

Segundo Chick (1983, p. 66), a construção da função de oferta agregada pode ser realizada da seguinte forma: as firmas maximizadoras de lucro vão atuar em mercados nos quais prevalecem à concorrência perfeita expandindo o nível de produção até o ponto em que o custo marginal seja igual ao preço, ou seja:

$$\frac{W}{F'(N)} = P \quad (2)$$

em que W é a taxa nominal de salários, $F'(N)$ é o produto marginal do trabalho e P é o preço de venda no mercado.

Multiplicando-se ambos os lados de (2) pelo nível de produção Q , obtemos:

$$\left(\frac{W}{F'(N)} \right) Q = PQ \equiv Z \quad (3)$$

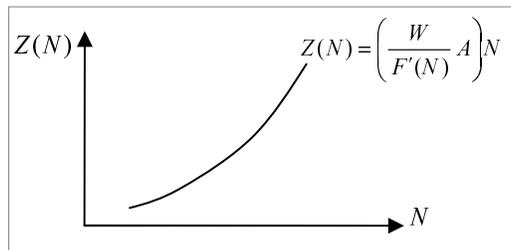
em que Z é a receita mínima necessária para induzir os empresários a oferecer o volume de emprego N .

Definindo $A = \frac{Q}{N}$ como o produto médio do trabalho e substituindo essa variável na equação (3), obtemos finalmente que:

$$\left(\frac{W}{F'(N)} A \right) N = Z(N) \quad (4)$$

A equação (4) apresenta o formato final da função de oferta agregada, conforme mostrado na Figura 2.

Figura 2
A curva de oferta agregada

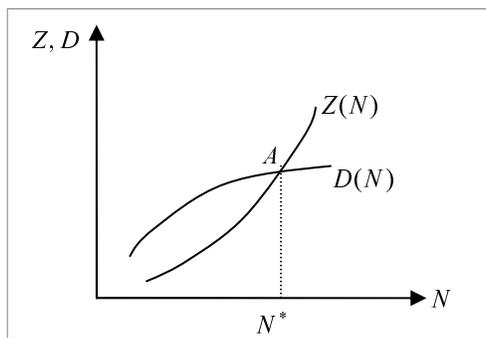


A função de oferta agregada será representada por uma curva positivamente inclinada, uma vez que os empresários só estarão dispostos a oferecer um volume maior de emprego se forem capazes de obter volume maior de receita e de lucros. Observa-se que a posição da curva de oferta agregada é determinada pelo nível dos salários nominais, o que implica que uma elevação desses irá resultar em um aumento da receita mínima necessária para as empresas ofereçam cada nível de emprego.

1.3 O ponto de demanda efetiva

O nível de emprego efetivamente oferecido pelas firmas é determinado no ponto em que as funções de demanda e de oferta agregada se interceptam, ou seja, no ponto em que $D(N)$ se iguala a $Z(N)$. Essa intersecção corresponde ao *ponto de demanda efetiva* e sua visualização pode ser feita na Figura 3.

Figura 3
Determinação do ponto de demanda efetiva



Nessa Figura, N^* é o nível de emprego que as firmas estarão dispostas a oferecer, dadas as suas expectativas quanto ao preço de venda e dado o nível do salário nominal. O ponto de demanda efetiva corresponde, portanto, apenas à receita que as firmas esperam obter pela venda da sua produção no mercado. Observe que, à esquerda de N^* , as empresas recebem uma receita pela venda da produção resultante do emprego por elas oferecido maior do que a receita mínima que elas exigem para oferecer esse nível de emprego e, assim, daqui segue que as empresas podem aumentar o seu lucro se aumentarem o nível de emprego até N^* . Por outro lado, à direita de N^* , a receita que as empresas esperam obter é menor do que a receita mínima que

elas exigem para oferecer esse nível de emprego. Neste caso, as empresas podem aumentar o seu lucro se reduzirem o nível de emprego até N^* . Logo, o ponto de demanda efetiva (ponto A) é o ponto de lucro máximo.

Segundo Possas (2003), deve-se observar que ambas as curvas não são definidas convencionalmente em termos de valores unitários, mas sim de valor agregado no sentido de Keynes, em que tanto a receita esperada (curva de demanda) quanto o preço de oferta são calculados deduzindo-se o custo de uso⁴. Segundo o autor, entre outras consequências, este procedimento faz com que a curva de oferta, tanto individual como agregada, possa ser crescente com o nível de produção e emprego, sem que isso implique qualquer hipótese de rendimentos decrescentes.

Sendo o ponto de demanda efetiva um ponto que correspondente a uma dada rentabilidade esperada por parte das empresas, a questão que se coloca é o que acontece se esse resultado esperado diferir do resultado efetivamente observado (demanda realizada). Na maior parte da TG, Keynes admite que as expectativas são realizadas. A partir desta suposição, ele passa a examinar os determinantes da demanda realizada, que, supondo uma economia fechada e sem governo, são os gastos em consumo e os gastos em investimento. A hipótese implícita é de que se a receita realizada diferir da receita esperada, as firmas buscarão ajustar sua produção. Esse ajustamento ocorre através de um processo de “tentativa e erro”, de tal forma que eventualmente será alcançada uma posição de equilíbrio de curto período.

Observa-se que a quantidade a ser produzida pela firma é definida no início do período de produção, sendo esta, portanto, um dado no momento em que é posta à venda no mercado. Se as receitas provenientes das vendas dessa produção forem menores do que a receita que as empresas esperam obter, então elas serão obrigadas a vender a sua produção a um preço mais

(4) Keynes (1973, p. 69) define o custo como sendo a redução do valor sofrido pelo equipamento em virtude de sua utilização, comparada com a que teria sofrido se não tivesse havido tal utilização, levando em conta o custo de manutenção e das melhorias que conviesse realizar, além das compras a outros empresários. Formalmente, este conceito pode ser expresso como: $A_1 + (G' - B') - G$ onde: A_1 representa o montante de compras que o empresário faz a outro empresário, G o valor real do seu equipamento de capital no fim do período e G' o valor que esse equipamento teria no final do período se ele se houvesse absteído de utilizá-lo e tivesse gasto a soma B' para sua manutenção e melhoramento.

baixo do que aquele que haviam antecipado no início do período⁵. Isso fará com que, no próximo período, as firmas sejam levadas a revisar para baixo suas expectativas quanto ao preço de venda. Nas palavras de Keynes:

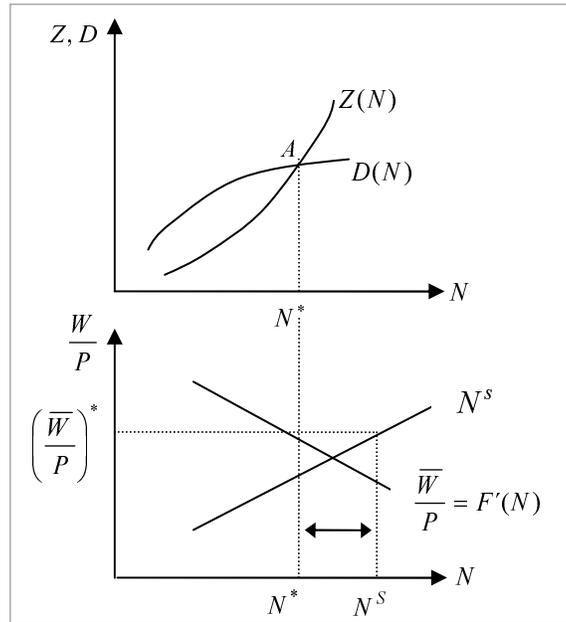
Entrepreneurs have to endeavour to forecast demand. They do not, as a rule, make wildly wrong forecasts of the equilibrium position. But, as the matter is very complex, they do not get it just right; and they endeavour to approximate to the true position by a method of trial and error. Contracting where they find that they are overshooting their market, expanding where the opposite occurs. It correspond precisely to the haggling of the market by means of which buyers and sellers endeavour to discover the true equilibrium position of supply and demand (CWJMK, v. XIV, p. 182).

A questão fundamental levantada por Keynes é que não há nenhum motivo pelo qual a posição de equilíbrio de curto período seja caracterizada pelo pleno emprego da força de trabalho, ou seja, por uma situação em que todos os trabalhadores dispostos a trabalhar ao nível de salário real prevalecente no mercado consigam emprego.

Para demonstrar a validade dessa afirmação, convém admitir, assim como supôs implicitamente Keynes no capítulo 5 da TG, que os empresários acertam continuamente as suas expectativas quanto ao preço de venda da sua produção. Nesse contexto, o ponto de demanda efetiva implica, dadas as condições técnicas de produção e a taxa de salário nominal, uma dada taxa de salário real, uma vez que as firmas maximizam lucros e, portanto, é verdade que $\bar{W}/P = F(N^*)$. No entanto, a essa taxa de salário real é possível que a quantidade de trabalho ofertada supere o nível de emprego efetivo. O desemprego resultante é, dessa forma, essencialmente involuntário, uma vez que ocorre num contexto em que existem mais trabalhadores dispostos a trabalhar ao salário vigente do que as vagas de trabalho disponíveis. Essa situação é descrita na Figura 4, na qual a diferença entre N^S , oferta total de trabalho, e N^* , demanda por trabalho, representa o desemprego involuntário.

⁵ A opção de retenção de estoques e, portanto, de sustentação de preços não está disponível para as firmas, dada a hipótese de concorrência perfeita nos mercados de bens.

Figura 4
Nível de emprego de equilíbrio de curto período

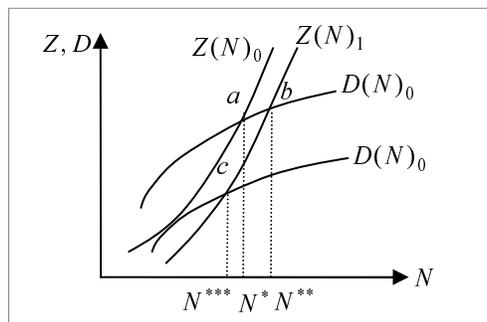


Observe que, mesmo que os trabalhadores aceitem uma redução dos salários nominais, as empresas só estarão dispostas a oferecer esse emprego adicional se estiverem confiantes que haverá um aumento suficiente de vendas e das receitas que torne *lucrativa essa expansão do emprego*. Caso contrário, o nível de emprego continuará sendo N^* , e uma redução dos salários nominais terá como efeito uma redução proporcional dos preços.

A Figura 5 mostra os possíveis efeitos de uma redução no salário nominal. Supondo que a *função demanda agregada continue na mesma posição*, esse deslocamento da curva de oferta determinará uma nova posição de equilíbrio de curto prazo, caracterizada por um novo nível de emprego N^{**} , superior ao nível de emprego inicial. Como se supõe que as expectativas das firmas estão sendo confirmadas, a função demanda agregada deve ser estimulada por essa redução dos salários nominais. Isso significa dizer, em outras palavras, que as empresas esperam (corretamente) que uma redução dos salários nominais vá atuar no sentido de aumentar a receita obtida pela venda de seus produtos no mercado. O que se deve deixar claro é que o aumento do nível emprego não se deve à redução salarial, e, sim, à mudança

de expectativas das empresas quanto ao aumento de sua rentabilidade. Isso porque, uma redução dos salários nominais pode, pelo contrário, produzir uma queda significativa da demanda agregada. Desta forma, os empresários vão esperar uma redução em suas receitas, como mostrado pelo deslocamento da curva $D(N)_0$ para $D(N)_1$ na Figura 5. Neste caso, o novo nível de emprego é dado por N^{***} .

Figura 5
Efeito de uma queda nos salários nominais



Assim, ao estabelecer o princípio da demanda efetiva, Keynes demonstrou que existe um limite à expansão lucrativa da produção, independentemente da existência ou não de desemprego no mercado de trabalho. Conforme demonstrado, os pares produção e emprego são definidos pelo princípio da demanda efetiva, sendo dependentes das expectativas quanto à rentabilidade esperada por parte das firmas no início do processo de produção. Logo, a existência de desemprego involuntário não depende da hipótese de qualquer tipo de rigidez no mercado de trabalho e, também, não pode ser eliminado por uma redução no salário nominal, pois nada garante que essa redução vá ampliar o nível de emprego oferecido pelas firmas. Conforme mostrou Keynes no capítulo 19 da TG, existe uma série de efeitos – provocados pela redução salarial – que *a priori* não permitem concluir que esta redução possa provocar um aumento da demanda agregada e, por conseguinte, do emprego (Missio; Oreiro, 2009). Independentemente disso, como será visto na seção a seguir, os ajustamentos no mercado de trabalho são endógenos, ou seja, dependentes do nível de produção.

2 O mercado de trabalho no modelo keynesiano

Para apresentar o comportamento do mercado de trabalho no modelo keynesiano e, para que seja possível compará-lo ao modelo clássico, é apresentada resumidamente a estrutura deste último. O mercado de trabalho no modelo clássico é definido a partir de dois pressupostos: (i) salário é igual ao produto marginal do trabalho, na ausência de imperfeições de concorrência e de mercados; e (ii) a utilidade do salário, quando se emprega determinado volume de trabalho, é igual à desutilidade marginal desse mesmo volume de emprego. O primeiro postulado representa a curva de demanda por trabalho e o segundo, a curva de oferta.

O importante é entender a lógica deste mercado dentro do modelo clássico: no curto prazo a quantidade de trabalho é determinada, primeiramente, no mercado de trabalho; na função de oferta de trabalho, os assalariados maximizam a utilidade total igualando salários real à desutilidade do trabalho e, na função de demanda por trabalho, os empresários maximizam lucro pelo fato de igualar a produtividade marginal do trabalho com seu custo marginal. Na ausência de imperfeições, a quantidade de trabalho corresponderá ao pleno emprego⁶ (Herscovici, 2006, p. 34). Num segundo momento, uma vez definida a quantidade de trabalho a ser empregada, no mercado de bens e serviços será determinado o nível de produção, ou seja, este nível depende do nível de emprego previamente acordado no mercado de trabalho pela negociação entre trabalhadores e empresários. Dessa forma, o desemprego no modelo clássico contempla tão somente o desemprego friccional e o desemprego voluntário.

Segundo o pensamento ortodoxo, a existência de desemprego involuntário não constituiria uma situação de longo prazo em um contexto de preços e salários flexíveis. Isto porque, desde que os trabalhadores aceitem uma redução do salário nominal, o emprego seria estimulado de forma a

(6) O ponto a ressaltar, segundo Ferreira e Fracalanza (2006, p. 258) é o pressuposto “pré-analítico” que está na base desse modelo: que o mercado de trabalho pode ser tratado como um mercado qualquer. Assim, em sua análise, parte-se da compreensão de que, em primeiro lugar, a explicação do desemprego deva ser encontrada no âmbito do mercado no qual a mercadoria força de trabalho é transacionada e, em segundo lugar, de que este mercado é formado por agentes com racionalidade substantiva que se guiam pelos sinais de preços. Desta forma, compradores e vendedores se defrontam no mercado e decidem conjuntamente quantidade e preço das mercadorias transacionadas. Se há excesso de demanda ou de oferta da mercadoria transacionada, este resulta de uma falha nos mecanismos auto-equilibradores – basicamente, uma falha no mecanismo de preços.

alcançar o equilíbrio com pleno emprego. O argumento apresentado é de que uma redução nos salários nominais estimularia, *ceteris paribus*, a demanda ao fazer baixar o preço dos produtos acabados, aumentando a produção e o emprego até o ponto em que a redução dos salários nominais seja compensada pela eficiência marginal decrescente do capital⁷.

Como mencionado anteriormente, em sua análise sobre o mercado de trabalho, Keynes nega a condição de equilíbrio advinda da igualdade entre o salário real e a desutilidade marginal do trabalho, ou seja, o “segundo postulado” da escola clássica, uma vez que nada garante, segundo o autor, que essa condição seja válida. Por outro lado, o autor aceita o primeiro postulado e a função neoclássica baseada nos rendimentos decrescentes.

No entanto, a curva determinada pela igualdade entre a produtividade marginal do trabalho e o salário real (primeiro postulado) exerce um papel diferenciado no modelo keynesiano. No modelo clássico, essa curva é interpretada como uma função de demanda por trabalho por parte das firmas. Em contraposição, no modelo keynesiano, essa função tem simplesmente o papel de determinar qual será o salário real a ser pago pelas firmas dado o nível de emprego. Como visto anteriormente, a demanda por emprego no modelo keynesiano é determinada pelas expectativas dos empresários (ponto de demanda efetiva).

A crítica ao segundo postulado, segundo Keynes (1936), pode ser dividida em dois argumentos: (i) a primeira se refere ao comportamento efetivo do trabalhador; e (ii) a segunda, à suposição de que o salário real é resultante das negociações entre trabalhadores e empresários. Em relação à primeira, Keynes demonstra que a hipótese de desigualdade entre salário real e a desutilidade marginal do trabalho tende a não ser verdadeira em uma economia de mercado. Isso porque a redução dos salários reais advinda de um aumento dos preços não acompanhada da elevação dos salários nominais não determina uma diminuição da oferta de mão de obra. Ou seja, essa redução salarial não induz o conjunto de trabalhadores a diminuir a quantidade ofertada de trabalho. Nas palavras do autor:

(...) pode acontecer que, dentro de certos limites, as exigências da mão de obra tendam a um mínimo de salário nominal e não a um mínimo de

(7) Na verdade, deve-se deixar claro que o argumento defendido pelo pensamento ortodoxo é de que a flexibilidade do salário real (e não nominal) é que levaria a economia ao pleno emprego.

salário real. (...) Ora, a experiência comum ensina-nos, sem a menor sombra de dúvida, que, em vez de mera possibilidade, a situação em que a mão de obra estipula (dentro de certos limites) um salário nominal, em vez de um salário real, constitui o caso normal. Se bem que o trabalhador resista, normalmente, a uma redução do seu salário nominal, **não costuma a abandonar o trabalho ao se verificar uma alta de preços dos bens de consumo salariais** (1936, p. 27, grifo nosso).

Deve-se observar que neste caso os trabalhadores não estão sofrendo de ilusão monetária. O ponto argumentado por Keynes é que os trabalhadores buscam proteger seus salários reais relativos, sendo assim resistentes à redução dos salários nominais. Em outras palavras, qualquer indivíduo ou grupo de indivíduos que consinta uma redução dos seus salários nominais sofre uma redução relativa do seu salário real em relação aos outros grupos de indivíduos, o que não é desejado. Por outro lado, seria impraticável opor-se a qualquer redução dos salários reais que resultasse de alteração do poder aquisitivo (da moeda) e que afetasse igualmente a todos os trabalhadores, a não ser que isso venha a atingir níveis extremos (Keynes, 1936).

O segundo argumento, considerado fundamental para autor, se baseia na rejeição da hipótese de que os salários reais emergem da negociação salarial entre trabalhadores e empresários. Segundo o autor, os trabalhadores não dispõem de meios para fazer coincidir o equivalente do nível geral de salários nominais com a desutilidade marginal do volume de emprego existente. Ademais, as negociações se realizam efetivamente em termos monetários, o que implica que os salários reais considerados aceitáveis pelos trabalhadores não são independentes do nível de salário nominal correspondente (Keynes, 1936). Nesse sentido, os trabalhadores têm no máximo alguma influência sobre o salário nominal.

Observa-se, ainda, que os preços não são estabelecidos na barganha salarial, pois a demanda e os preços só serão conhecidos muito depois do contrato de trabalho ter sido firmado, o que impede os trabalhadores de decidir os níveis de salário real e emprego, uma vez que a um dado nível de salário nominal corresponderiam diversos níveis de salário real. Em outras palavras, a um determinado nível de salário nominal, haveria múltiplas funções de oferta, o que indetermina a condição de equilíbrio. Dessa forma, postular que existe uma tendência à igualdade entre o salário real e a desutilidade marginal do trabalho equivale a assumir, erroneamente, que os

trabalhadores estão em condições de decidir o salário real pelo qual trabalham.

No modelo keynesiano a lógica é totalmente diferente: a teoria da demanda efetiva ressalta que o nível efetivo de emprego é determinado pelas expectativas de curto e de longo prazo elaboradas pelos empresários: (a) na medida em que os empresários elaboram as expectativas e que as decisões econômicas são tomadas com base nessas, os assalariados não têm nenhuma influência sobre o mercado de trabalho (Herscovici, 2006); (b) as políticas econômicas visando a aumentar o emprego são aquelas capazes de induzir uma modificação nas expectativas e não uma redução dos salários reais.

Contudo, Keynes não se opôs à ideia de que uma queda no salário real esteja correlacionada com o aumento do nível de emprego, embora a lógica estabelecida pelo pensamento ortodoxo esteja incorreta. A análise correta defende que uma expansão do investimento - ao provocar o crescimento do nível de preços acima do nível esperado de preços - acaba determinando uma redução do salário real e, assim, um aumento no nível de emprego e da renda. Ou seja, esta lógica, além de inverter a relação de causalidade entre as variáveis, desloca para as flutuações da demanda efetiva e, portanto, para a variação dos seus determinantes (propensão a consumir, eficiência marginal do capital e taxa de juros) a origem causal das flutuações do nível de emprego.

Alguns autores (ortodoxos) discordam deste argumento à medida que identificam como fundamental o chamado efeito *Keynes*. Segundo este autor, dada uma deflação de preços, haverá uma queda na renda nominal e, por conseguinte, na demanda por moeda para fins transacionais. Esta queda na demanda por moeda faz diminuir a taxa de juros, ampliando os investimentos e o nível de emprego. Entretanto, conforme o capítulo 19 da TG, não há nada que garanta que uma deflação de preços possa ampliar a demanda agregada, uma vez que existe uma série de outros efeitos que atuam em sentido contrário.

Em síntese, a partir do conceito de demanda efetiva a análise keynesiana demonstrou a determinação endógena do salário real e do nível de emprego, em contraposição à teoria ortodoxa, que defende que os mesmos são determinados exogenamente na órbita da barganha salarial, e não da atividade econômica propriamente dita. Ademais, o nível de emprego não

pode mais ser determinado como função dos salários reais que emerge da negociação entre trabalhadores e empresários⁸ em um contexto em que os salários nominais são flexíveis à baixa – que, segundo a ortodoxia, constitui condição suficiente para que a economia elimine automaticamente o desemprego – dado que ele é função da demanda efetiva. Isso implica que os efeitos de uma redução salarial devem ser analisados a partir dos seus efeitos sobre a demanda agregada. Segundo Keynes (1982, p. 208-209):

(...) não há, portanto, motivo para crer que uma política flexível de salários possa manter um estado permanente de pleno emprego; ao contrário, o efeito principal de semelhante política seria causar grande instabilidade de preços, talvez violenta o bastante para tornar fúteis os cálculos empresariais em uma economia funcionando como aquela em que vivemos.

Logo, conclui-se que a rigidez dos salários não pode ser responsável pelo desemprego involuntário, assim como sua flexibilidade não garante a automaticidade da economia na posição de pleno emprego. Isto significa, em outras palavras, que a posição “normal” de uma economia capitalista corresponde àquela em que prevalece o desemprego involuntário⁹.

Tento em vista que o equilíbrio com desemprego involuntário dentro da teoria keynesiana é consequência da insuficiência de demanda efetiva e que esta depende das expectativas dos empresários, busca-se na seção que se segue enfatizar o papel desempenhado pelas mesmas ao longo de todo o processo econômico.

3 O processo de formação de expectativas e determinação do equilíbrio

Como argumentado anteriormente, o desemprego involuntário não é um fenômeno de desequilíbrio que surge em consequência (ou como

(8) Davidson (1998, p. 825-826) ilustra este ponto na seguinte passagem: “Numa economia monetária, trabalhadores desempregados não têm mecanismos disponíveis para induzir empreendedores a modificar suas decisões de produção, de fixação de preço, de demissão e de contratação de trabalhadores adicionais, enquanto as expectativas de maximização de lucro dos empreendedores estiverem sendo satisfeitas. (...) Trabalhadores desempregados, desapontados, podem, portanto, reduzir salários monetários até que estejam à mingua [*blue in the face*] sem alterar um iota a “correta” decisão de contratação do empreendedor que maximiza lucro, a menos que os salários monetários induzam um aumento (deslocamento para cima) da função D denominada em unidades de salário”.

(9) Em outras palavras, o pleno emprego é apenas *uma* das *n* posições possíveis de equilíbrio do sistema econômico.

resultado) de expectativas inadequadas¹⁰, mas, sim, pelo fato de que as expectativas (previsões) que os empresários fazem com relação ao ponto de produção (demanda efetiva) que lhes é lucrativo não necessariamente corresponde ao ponto de pleno emprego.

No entanto, o processo de revisão das expectativas de curto prazo e sua influência sobre o ponto de equilíbrio tem causado constantemente confusão na literatura econômica. Isso se deve, em grande parte, aos diferentes métodos aplicados por Keynes ao longo da TG. Para entender este ponto, primeiramente é necessário salientar que para o autor as expectativas, sobretudo as de longo prazo, se referem a previsões feitas em relação à rentabilidade de determinado nível de produção em um tempo futuro, o que é eminentemente incerto. Ou seja, as expectativas são decisões econômicas relativas aos rendimentos esperados das novas inversões em plantas e equipamentos duráveis necessários para aumentar a capacidade produtiva e a empregabilidade potencial da economia, tomadas em um contexto de incerteza, uma vez que o futuro é simplesmente desconhecido. Essas expectativas são, portanto, sujeitas a uma revisão repentina, tornando a economia capitalista instável.

Deve-se ressaltar ainda que emprego total da economia também depende em grande parte das expectativas de longo prazo dos empresários. Neste contexto, a questão é: qual será o comportamento destas expectativas quando as expectativas de curto prazo não se realizarem? Mais especificamente, a questão é saber se a não realização das expectativas de curto prazo faz com que ocorram mudanças no ponto de “equilíbrio” de longo prazo da economia. Esse questionamento, que gera dificuldades adicionais ao entendimento da TG, surge porque Keynes utilizou em sua análise diferentes formas de interação entre as expectativas de curto e de longo prazo, o que requer também distintas definições do conceito de equilíbrio. Entretanto, é consensual a noção de equilíbrio utilizada pelo autor que difere da ideia clássica, sendo utilizada sempre no sentido de ser um equilíbrio suscetível de realizar-se, pois está relacionado com o processo de formação de expectativas por parte dos empresários sobre o quanto produzir e empregar de determinada força de trabalho, sempre em relação ao comportamento esperado da demanda.

(10) Essa interpretação pode ser encontrada em Friedman (1965) e Lucas (1972), entre outros.

Tendo em vista estas dificuldades, é apresentada a formalização proposta por Dutt (1991), que explora as diversas interações possíveis entre as expectativas de curto e de longo prazo, por um lado, para enfatizar que o desemprego não é consequência da não realização das expectativas e, por outro, para mostrar que o conceito de equilíbrio keynesiano é diferente do conceito de equilíbrio utilizado pelo pensamento clássico.

3.1 Interação entre expectativas de curto e de longo prazo (Dutt, 1991)

A estrutura utilizada a seguir está de acordo com as ideias de Keynes, especialmente as contidas no capítulo 3 e 5 da TG, mas se desvia delas em certos aspectos. Por exemplo, está de acordo com as ideias relacionadas ao mercado de bens e de trabalho, mas ignora o mercado de títulos.

Considere uma economia formada por famílias e empresas. As firmas – e aqui se ignoram os problemas de agregação – têm uma função utilidade que relaciona o fluxo de produto de um simples bem com o fluxo de serviços do trabalho empregado e o estoque de capital. Assim, considerando que as empresas trabalham com uma dada tecnologia e com um dado estoque de capital, tem-se a seguinte função de produção:

$$Y = F(N) \quad (5)$$

em que Y é o fluxo de produto, N é o fluxo de serviços do trabalho e F é a função que relaciona o nível de produção com o emprego requerido para a obtenção do mesmo ($F' > 0$, $F'' < 0$).

A economia é competitiva e as empresas decidem quando vão produzir para maximizar seus lucros, dadas suas expectativas de curto prazo. A condição de maximização de lucros da empresa requer que, considerando mercados competitivos¹¹;

(11) A condição refere-se ao primeiro postulado clássico. No entanto, neste ponto cabe uma discussão sobre a velocidade de ajustamento de preços e quantidades no modelo de Keynes. A visão convencional é de que no modelo de Keynes um choque de demanda agregada faz com que as quantidades se ajustem primeiro, os preços depois. Essa interpretação soa estranha para quem lê a TG, uma vez que a hipótese implicitamente assumida é que o ajustamento de preços é menor do que o infinito, ou seja, ao contrário do que presumia a ortodoxia, o ajustamento não é instantâneo (automático). Isso, no entanto, não significa dizer que Keynes trabalhou com um modelo *fix-price*. Nas palavras de Lopes (1992, p. 31), “Admitir-se que a análise dinâmica da TG assume condição *fix-price* é negar o fato óbvio de que o ajustamento se dá através de preços e quantidades, um postulado essencial em Keynes”. Segundo o autor, a constatação feita por Keynes de que, no mundo real, os salários nominais são relativamente rígidos para baixo, pode ter servido de pretexto para associar o modelo Keynesiano ao modelo *fix-price*.

$$W/e = F'(N) \quad (6)$$

em que e é o preço de venda esperado pelas empresas, W é a taxa nominal de salários e $F'(N)$ é o produto marginal do trabalho.

A função investimento (em termos reais), por sua vez, está relacionada às expectativas de longo prazo das empresas, ou seja;

$$I = I(E) \quad I' > 0 \quad (7)$$

em que $I(E)$ é a função que relaciona o nível de investimento com as expectativas de longo prazo das empresas.

As famílias encontram-se divididas em duas classes: trabalhadores e capitalistas. Os trabalhadores recebem um salário monetário e gastam parte de sua renda ($\alpha.W.N$) enquanto os capitalistas gastam uma determinada proporção fixa, C_0 .

Ao estabelecer a condição de equilíbrio, deve-se fazer a distinção entre duas noções do mesmo:

i) no período de mercado, as firmas tomam e e E como dadas e, em equilíbrio, o preço (P) se ajusta no mercado de bens (modelo *flex-price*). Dado e , N é determinado na equação (6), e P é determinado da condição de equilíbrio de mercado;

$$Y = \alpha \cdot \left(\frac{W}{P} \right) \cdot N + C_0 + I_0 \quad (8)$$

em que P é o preço de venda no mercado. Após algumas manipulações algébricas, essa equação pode ser reescrita como;

$$P = \frac{\alpha.W.N(e)}{[F(N(e)) - C_0 - I_0]} \quad (9)$$

em que $N(e)$ é a solução da equação (6), dado W . O termo $N(e)$ tem a propriedade que $N'(e) > 0$ ou que o nível de emprego que maximiza o lucro vai ser maior que o aumento de preços esperado. Note que não há razão para que P , o preço realizado, deva ser igual a e , sua expectativa; se não forem iguais, as firmas devem revisar suas expectativas.

ii) No equilíbrio de curto prazo, não somente a equação (9) é satisfeita, mas também as expectativas de curto prazo são plenamente realizadas, ou seja:

$$e = P \quad (10)$$

Dado isso, o autor identifica a possibilidade de três modelos distintos, considerando as distintas interações possíveis entre as expectativas de curto e de longo prazo, a saber:

a) Modelo Estático: neste caso, as expectativas de longo prazo (E) são tomadas como constante enquanto as expectativas de curto prazo (e) são sempre realizadas, sendo, entretanto, ambas independentes uma da outra. Esse modelo é a forma mais fácil de separar os efeitos do conjunto de expectativas na determinação do nível de emprego do desapontamento das mesmas sobre esse nível de emprego. Como as expectativas de longo prazo são constantes, os determinantes da demanda agregada são estáveis. O ponto de demanda efetiva é sempre realizado no curto prazo e corresponde ao ponto em que demanda e oferta agregada se igualam instantaneamente.

Formalmente, a noção de equilíbrio neste modelo requer como condição a satisfação das equações (9) e (10). Diferenciando (9) com respeito à (e);

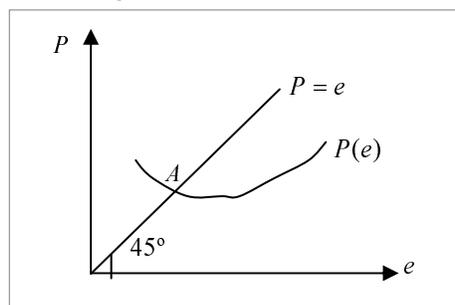
$$\frac{dP}{de} = \frac{\alpha.W.N'(e).[F(N(e)) - C_0 - I(E) - N.F'(N)]}{[F(N(e)) - C_0 - I_0]^2} \quad (11)$$

que, após alguns “algebrismos”, pode ser reescrita como (ver anexo):

$$\frac{dP}{de} = \frac{-\alpha.(1-\alpha).W.N'(e).N.F'(N)}{[F(N(e)) - C_0 - I_0]^2} \quad (12)$$

Ilustradamente, pode-se representar este resultado na Figura 6.

Figura 6
Equilíbrio no modelo estático



Fonte: Adaptado de Dutt (1991).

Observe que acima da linha de 45° (em que $P = e$), $P > e$ de tal forma que $W/P < W/e = F'(N)$ e $N'(e) > 0$ e, portanto, $dp/de < 0$. Então, $P(e)$ é negativamente inclinada nessa região. Quando $P < e$, dado que $W/P > W/e = F'(N)$, é possível que $dp/de < 0$, por causa do termo $(1-\alpha)$. No entanto, sabe-se que à medida que e cresce, N também cresce. Como F' torna-se pequeno, $dp/de > 0$, tal que a curva dp/de torna-se positiva. Como mencionado anteriormente, este modelo sugere que as expectativas de curto prazo sempre se realizam, significando que a economia está sempre em equilíbrio de curto prazo.

b) Modelo Estacionário: neste caso, as expectativas de longo prazo são constantes e independentes das expectativas de curto prazo, que podem ser desapontadas. Este modelo é o mais comum na TG (utilizado nos dezoito primeiros capítulos), assumindo que as expectativas de curto prazo podem ser desapontadas sem proporcionar nenhuma alteração na expectativa de longo prazo. Assim, a demanda agregada continua sendo uma função estruturalmente estável, mas o equilíbrio não é gerado de forma instantânea como no modelo de equilíbrio estático, uma vez que as vendas esperadas podem não ocorrer no ponto de demanda efetiva prevista pelos empresários.

Para um dado nível de e , se P for diferente deste, espera-se que as empresas revisem suas expectativas (e). Neste caso, pode-se assumir que a revisão de expectativas segue um processo adaptativo, tal como;

$$\frac{de}{dt} = \beta.[P - e] \quad \text{sendo } \beta > 0 \quad (13)$$

O processo de ajustamento ocorrerá de maneira estável e alcançará seu equilíbrio de curto prazo, o ponto (A), em termos da Figura 6. Observe que neste caso o equilíbrio do modelo estático e do modelo estacionário é o mesmo, embora o processo de ajustamento seja diferente. O importante é observar que a trajetória do ajustamento não afeta o equilíbrio final.

c) Modelo com equilíbrio móvel: neste caso, admite-se que as expectativas de curto prazo podem não se realizar e tendem a afetar as expectativas de longo prazo. Dessa forma, os agentes mudam constantemente as curvas de demanda e oferta, fazendo com que o sistema persiga sempre o

ponto de equilíbrio, não existindo garantia de que ele será necessariamente alcançado.

Uma forma simples de formalizar este ponto é dado por:

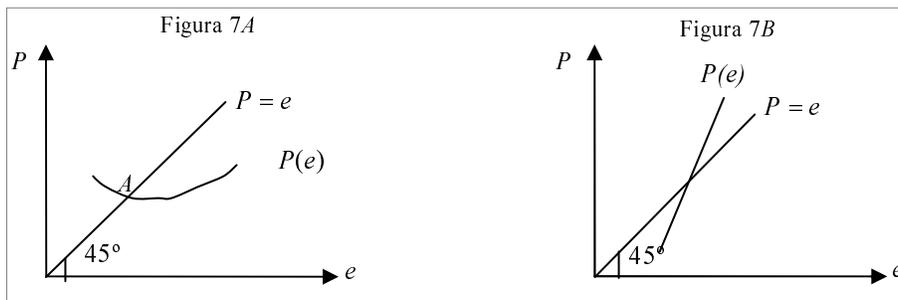
$$E = E(e) \quad \text{sendo} \quad E' > 0 \quad (14)$$

As condições de equilíbrio continuam sendo aquelas enunciadas anteriormente. Nesse sentido, substituindo a equação (14) na equação (9) e diferenciando com respeito a e , obtém-se:

$$\frac{dP}{de} = \frac{\alpha.W.N.\{N'\{\alpha.[(W/P) - F'] - (1 - \alpha).F' + I'.E'\}}{[F(N(e)) - C_0 - I_0]^2} \quad (15)$$

Observe que na equação (15), quando $P = e$, tem-se que $W/P = F'(N)$. Sabendo que $E' > 0$, $I' > 0$, é possível que $dp/de > 0$ quando a linha $P(e)$ interceptar a linha de 45°. No entanto, dp/de pode interceptar a linha de 45° de duas diferentes formas, já que ela pode ser mais ou menos inclinada. A Figura 7 ilustra essa situação.

Figura 7
Modelo com equilíbrio móvel



Fonte: Dutt (1991, p. 216).

No primeiro caso (Figura 7A) o equilíbrio é estável, assumindo que as expectativas de curto prazo se ajustam de acordo com a equação (13), enquanto o outro caso é visto como instável. A instabilidade ocorre quando a linha $P(e)$ é mais íngreme do que a linha $P = e$, o que exige grandes valores de I' e E' ou que o investimento seja altamente sensível a mudanças em E , e E altamente sensível a mudanças em e . Um grande valor para α também

torna a instabilidade mais provável (Dutt, 1991). Além disso, existe a possibilidade de ocorrência de equilíbrios múltiplos (supondo que curva $P(e)$ seja convexa).

Nesse sentido, segundo Dutt (1991), três observações devem ser feitas: i) o equilíbrio de curto prazo pode ser instável; ii) em caso de equilíbrios múltiplos estáveis, a posição de equilíbrio de curto prazo vai depender do ponto de partida dessa economia; e, iii) se o equilíbrio estável for único, então a posição de equilíbrio vai ser independente da dinâmica seguida por essa economia.

Observe, portanto, que as duas primeiras observações claramente deixam indeterminada a noção de equilíbrio. Se por um lado o equilíbrio for instável, a noção de equilíbrio com desemprego involuntário perde sua relevância – porque neste caso as variáveis assumem valores *no sence* em espaço finito de tempo¹² – e se, por outro lado, existirem vários equilíbrios estáveis, o equilíbrio final assumido pela economia não vai ser conhecido sem saber a posição que a economia assume antes de alcançar este referido equilíbrio¹³.

Com relação à terceira possibilidade, destaca-se que trajetória assumida pela economia depende da hipótese formulada anteriormente, ou seja, de que as expectativas passadas não afetam as expectativas de logo prazo (observe que a hipótese antes definida era de que as expectativas de longo prazo correntes dependiam das expectativas de curto prazo correntes). Se assumirmos, por hipótese, que as firmas têm algum tipo de “memória”, pode-se definir E como dependente dos diversos *lag's* de e . Isso pode ser formalizado como segue:

$$E_t = \sum_0^T k_{t-i} e_{t-i} \quad (16)$$

em que K_j são os pesos e T é o comprimento da “memória” da firma.

Observe que, a partir da equação (11), a situação $e = P$ pode estar ocorrendo de forma que e tenda a não mudar. No entanto, desde que os e 's

(12) Ou seja, a argumentação de que no longo prazo a economia opera com subutilização da capacidade produtiva não fica demonstrada no modelo.

(13) Neste caso, deve-se considerar que a análise com base no método de equilíbrio continua ativa. Observa-se, também, que é possível analisar as propriedades desse equilíbrio sem conhecer a trajetória da economia que a conduziu até este ponto. O importante, no entanto, é que este se torna o caso relevante, pois introduz na análise a noção de *path dependence*.

sejam diferentes, ao longo do tempo E deve mudar, violando a condição de que E se torna constante quando $e = P$. Essa suposição claramente mostra que o equilíbrio se torna *path-dependent*, uma vez que E depende de e 's passados, embora isso não signifique que E seja o mesmo do ponto de partida inicial.

Segundo Dutt (1991), essa interdependência entre as expectativas faz com que o método de equilíbrio perca o sentido, uma vez que “*we cannot know where the economy will end up in short-period equilibrium unless we study the path of the economy outside equilibrium. History matters, and determines the position of the economy in equilibrium*” (1991, p. 216). Logo, se as expectativas de longo prazo como representado na equação (16) mudam ao longo do tempo (de forma imprevista), ou se a velocidade de ajustamento dos coeficientes muda ao longo do tempo (de forma imprevista) na revisão da função que descreve as expectativas de curto prazo, ou seja, na equação (12), a posição final de equilíbrio não pode ser conhecida sem o conhecimento completo da dinâmica seguida por essa economia, o que, dado o pressuposto da imprevisibilidade (incerteza), é logicamente impossível (Dutt, 1991).

Segundo Kregel (1976), Keynes utilizou na TG tanto o modelo estacionário como o modelo com equilíbrio móvel, muito embora ele tenha centrado a atenção de sua análise no primeiro, assumindo, portanto, que as expectativas de longo prazo são dadas¹⁴. Isso se justifica pelo fato de o autor buscar demonstrar que sua teoria da demanda efetiva é substancialmente a mesma, se assumirmos que as expectativas de curto prazo são sempre realizadas¹⁵.

(14) Uma possível justificativa por Keynes ter utilizado essa metodologia deriva do entendimento que este autor tinha do processo econômico como um processo que ocorre ao longo do tempo (tempo calendário). Isso significa, em outras palavras, que a estabilidade das expectativas em relação ao investimento só pode ser aplicada no caso dos investimentos planejados no passado, ou seja, à medida que ele representa um custo irreversível, mesmo se ele depende de expectativas incertas, não é possível rever esta decisão. Esta conclusão é enfatizada por Dow (1985) ao afirmar que as expectativas de longo prazo, uma vez elaboradas, serão estáveis à medida que mesmo se elas não se realizarem, o investimento já foi implementado.

(15) Observe que na TG (18 primeiros capítulos), Keynes utiliza como hipóteses a ideia de que as expectativas de curto prazo são sempre realizadas e que as de longo prazo são constantes para, logo em seguida (cap. 19), mudar radicalmente. Entretanto, no capítulo 5, Keynes parece “domesticar” as expectativas de curto prazo desconectando-as das de longo prazo. Nesse sentido, a possibilidade de que a frustração das expectativas de curto prazo venha a contaminar as de longo não é retomada, com maior ênfase, por ele em nenhum outro momento.

A partir desta interpretação e da maneira como Keynes utiliza os diferentes conceitos de equilíbrio, deve-se ressaltar que a natureza e o uso deste conceito, na TG, são fundamentalmente diferentes do conceito clássico: os dois universos são, igualmente, profundamente diferentes, pelo fato de o universo definido na TG se caracterizar pela existência de incerteza e pelo fato de as expectativas não serem sistematicamente realizadas, mesmo no longo prazo. O equilíbrio keynesiano é, portanto, determinado pela demanda efetiva e não pelo resultado de um processo de *tâtonnement* walrasiano.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho, buscou-se mostrar que dentro da teoria keynesiana o ponto de equilíbrio com desemprego não depende da hipótese do comportamento de preços e salários. Para tanto, mostrou-se que o nível de emprego na economia depende da demanda efetiva e que não necessariamente este será o ponto em que os recursos disponíveis se encontram plenamente empregados. O ponto de demanda efetiva é determinado pelas expectativas que os empresários fazem com relação à quantidade a ser produzida que gera o lucro máximo. Em situações normais, como observou Keynes, o ponto de lucro máximo está associado à subutilização dos recursos produtivos disponíveis, ou seja, ao desemprego involuntário.

A crítica feita por Keynes aos postulados clássicos que determinam a teoria do emprego na concepção clássica e, portanto, o produto, mostra a incoerência dos argumentos apresentados (pelos clássicos), seja do ponto de vista teórico, seja do ponto de vista de sua adequação à evidência empírica. Dessa forma, foi possível mostrar que o nível de emprego não pode ser mais determinado como uma função dos salários reais que emergem da negociação entre trabalhadores e empresários. Surge, portanto, a necessidade de uma nova interpretação, dada por Keynes a partir do princípio da demanda efetiva.

Observou-se também que o desemprego involuntário não é um fenômeno de desequilíbrio que surge em consequência de expectativas inadequadas, uma vez que Keynes demonstra que sua teoria da demanda efetiva é substancialmente a mesma, indiferentemente de as expectativas serem ou não realizadas.

Por fim, com base na interpretação de alguns autores, a destacar Kregel (1976) e Dutt (1991), demonstrou-se que é possível identificar na obra de Keynes três modelos em que o “equilíbrio econômico” (marcado pelo desemprego involuntário) assume diferentes características. Entre esses, destacam-se o equilíbrio estacionário e o equilíbrio móvel, ambos utilizados na TG. A conclusão da análise destes modelos parece caminhar no sentido de que, estritamente falando, não é possível identificar dentro da teoria keynesiana (expressa na TG) a ideia de que a economia converge para um determinado ponto de equilíbrio (utilizado no conceito da literatura convencional) sem que se admita alguma hipótese com relação às expectativas de longo prazo. Nesse sentido, a conclusão a que se chega é que Keynes, ao admitir que estas são constantes a longo prazo, o fez apenas como um exercício teórico que usa “procedimentos equilibristas”.

Referências bibliográficas

- AMADEO, E. *Desemprego, salários e preços: um estudo comparativo de Keynes e do pensamento macroeconômico da década de 1970*. Rio de Janeiro: BNDES, 1982.
- CHICK, V. *Macroeconomics after Keynes*. Oxford: Philip Alan, 1983.
- DARITY, W.; YOUNG, W. On rewriting chapter 2 of The General Theory. In: HARCOURT, G. C.; RIACH, P. (Ed.). *A second edition of The General Theory*. Routledge, 1997. v. 1, cap. 3.
- DAVIDSON, P. Post Keynesian employment analysis and the macroeconomics of OECD unemployment. *The Economic Journal*, v. 108, p. 817-831, May 1998.
- DOW, S. *Macroeconomic thought. A methodological approach*. Cambridge: Basil Blackwell, 1985.
- DUTT, A K. Expectations and equilibrium: implications for Keynes, the neo-Ricardian Keynesians, and the post Keynesians. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 14, n. 2, 1991.
- FERREIRA, A. N. Teoria macroeconômica e fundamentos microeconômicos. Tese (Doutoramento)—Instituto de Economia, Unicamp, nov. 2003.
- _____, FRACALANZA, P. S. Visões do capitalismo e *rationale* de duas políticas de emprego contemporâneas. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 15, n. 2 (27), p. 241-267, ago. 2006.
- FRIEDMAN, M. Inflação e desemprego: a novidade da dimensão política. *Literatura Econômica*, v. 7, n. 3, 1985.

HERSCOVICI, A. O modelo de Harrod: natureza das expectativas de longo prazo, instabilidade e não-linearidade. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 29-55, jan./jun. 2006.

KEYNES, J. M. *A tract on monetary reform*. In: THE COLLECTED writings of John Maynard Keynes. London: Macmillan, 1971. v. 4.

_____. *A treatise on money*. London: Macmillan At. Martin's Press Ltda, 1971. v. I.

_____. *The general theory of employment, interest and money*. London: Macmillan, 1973. [ed. original: 1936].

_____. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1982.

_____. Letter to J.R. Hicks. In: THE COLLECTED writings of J. M. Keynes. London: Macmillan for the Royal Economic Society, [1937] 1973. p. 79-81. v. XIV: The general theory and after. Part II: Defence and development.

_____. Ex post and ex ante in The collected writings of J. M. Keynes. London: Macmillan for the Royal Economic Society, [1937] 1973. p. 79-81. v. XIV: The general theory and after: Part II: Defence and development.

KREGEL, J. Economic methodology in face of uncertainty: the modeling methods of Keynes and Post- Keynesians. *Economic Journal*, v. 86, n. 342, 1976.

LIMA, L. A. A teoria do dinheiro em uma economia monetária: a análise de Keynes. In: LIMA, G. T.; SICSÚ, J. (Org.). *Macroeconomia do emprego e da renda: Keynes e o kenesianismo*. São Paulo: Ed. Manole Ltda., 2003.

MISSIO, F. J.; OREIRO, J. L. Equilíbrio com desemprego involuntário em um modelo ciclo-limite. *Revista ANPEC*, v. 9, p. 545-575, 2009.

POSSAS, M. L. Para uma releitura teórica da Teoria Geral. In: LIMA, G. T.; SICSÚ, J. (Org.). *Macroeconomia do emprego e da renda: Keynes e o kenesianismo*. São Paulo: Ed. Manole Ltda., 2003.

Anexo

O MODELO DE DUTT (1991)

O modelo é construído a partir do seguinte conjunto de equações:

- (1) $Y = F(N)$ (Função de Produção)
- (2) $\frac{W}{e} = F'(N)$ (Condição de maximização)
- (3) $I = I(E)$ (Função Investimento)
- (4) $C = \alpha \left(\frac{W}{P} \right) \cdot N + C_0$ (Função Consumo)

Considerando uma economia fechada e sem governo;

(5) $Y = C + I$

Logo, usando (3) e (4);

(6) $Y = \alpha \left(\frac{W}{P} \right) \cdot N + C_0 + I_0$

Sabe-se que, no período de mercado, as firmas tomam e e E como dadas, e em equilíbrio o preço, P , ajusta o mercado de bens. Dado e , N é determinado na equação (2), e P é determinado da condição de equilíbrio de mercado;

$$Y = \alpha \left(\frac{W}{P} \right) \cdot N + C_0 + I_0$$

que implica;

(7) $P = \frac{\alpha \cdot W \cdot N(e)}{[F(N(e)) - C_0 - I_0]}$

em que $N(e)$ é a solução da equação (2), dado W .

Admitindo que $e = P$ e que as expectativas de longo prazo (E) são dadas (modelo estático), podemos diferenciar a equação (7) com respeito a (e);

$$(8) \frac{dP}{de} = \frac{\alpha.W.N'(e)[F(N(e)) - C_0 - I(E) - N.F'(N)]}{[F(N(e)) - C_0 - I_0]^2}$$

No equilíbrio de mercado, onde a equação (7) é satisfeita, $F(N) - C_0 - I_0 = \alpha.(W/P).N$, tal que podemos reescrever (8) como;

$$(9) \frac{dP}{de} = \frac{\alpha.W.N'(e).N[\alpha.[(W/P) - F'(N) - (1-\alpha).F'(N)]]}{[F(N(e)) - C_0 - I_0]^2}$$

Quando $e = P$, a equação (2) mostra que $\frac{W}{e} = F'(N)$. Logo,

$$(10) \frac{dP}{de} = \frac{-\alpha.(1-\alpha).W.N'(e).N.F'(N)}{[F(N(e)) - C_0 - I_0]^2}$$

Agora, admitindo que as expectativas de curto prazo podem não se realizar e que elas tendem a afetar as expectativas de longo prazo (modelo com equilíbrio móvel), tem-se;

$$(11) E = E(e)$$

Substituindo a equação (11) na equação (7) e diferenciando-se com respeito à e ;

$$(12) \frac{dP}{de} = \frac{\alpha.W.N\{N'\{\alpha.[(W/P) - F'] - (1-\alpha).F' + I'.E'\}}}{[F(N(e)) - C_0 - I_0]^2}$$